

PROGRESSÃO CONTINUADA VERSUS APROVAÇÃO AUTOMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Vanderlei Francisco de Lima¹; Francisco Clébio de Figueiredo²; Maria Genira de Carvalho³.

1 Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), vanderlei.6@hotmail.com

2 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), clebiolima99@hotmail.com

3 Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), genira.lgp@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho objetiva discutir acerca da relevância da avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental I e analisar o discurso de um professor sobre as implicações da progressão continuada no contexto de uma turma de alunos do quarto ano de uma escola pública municipal. Avaliação é um dos componentes didáticos do ensino, através dela o professor avalia o processo de aprendizagem e também (re)avaliar a sua própria prática. No que diz respeito ao delineamento metodológico, esta pesquisa é bibliográfica e qualitativa, embasada nas contribuições teóricas de Oliveira (1978), Almeida (2010), Santos (2012) entre outros autores; é também uma pesquisa de campo, tendo sido realizada no primeiro semestre de 2017, na Escola Municipal Dr. Severiano, localizada na cidade de Coronel João Pessoa/RN. Os resultados obtidos nos permitiram inferir que o sistema da progressão continuada não é tão positivo na prática, como é o caso quarto ano, turma III, da escola campo de pesquisa. Desse modo, o fato de os alunos estarem no quarto ano sem boa parte das competências básicas como requer esta série é, entre outros fatores, consequências da promoção automática, já que eles avançaram de um ano para o outro, mas não adquiriram totalmente as habilidades básicas da leitura, da escrita e da matemática. Portanto, para que o ensino e a aprendizagem sejam mais eficazes, faz-se necessário que diretores, supervisores e professores reavaliem os impactos desse sistema, a forma como o ciclo de alfabetização está organizado e a maneira como é colocado em prática nas escolas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, aprendizagem, progressão continuada, aprovação automática.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como eixo norteador de discussão a avaliação da aprendizagem nos três primeiros anos do ensino fundamental. Desse modo, discutir sobre este tema é necessário, já que o sistema da progressão continuada, implantado pelo Ministério da Educação (MEC), tem sido, nos últimos anos, bastante criticado por muitos especialistas, profissionais da educação e, de modo participativo, por professores.

Embora os três primeiros anos do ensino fundamental sejam dedicados ao ciclo da alfabetização, muitos alunos concluem esse ciclo e, infelizmente, são aprovados para o quarto ano sem ainda dominarem completamente as habilidades básicas dos conhecimentos matemáticos (as quatro operações fundamentais da matemática), da leitura e de escrita, as quais são necessárias para dar sequência à aprendizagem dos discentes no quarto, no quinto

ano e no decorrer dos anos finais do ensino fundamental II.

A progressão continuada foi mal interpretada por alguns profissionais, tendo sido até confundida como promoção automática, e, dessa forma, criou-se uma falsa ideologia de que, por mais que os alunos passem para o ano seguinte, eles não precisam ser avaliados porque são automaticamente aprovados pelo sistema. Partindo dessa hipótese, que implicações a progressão continuada e a aprovação automática acarretam no processo de ensino aprendizagem? O déficit de aprendizagem em matemática e em língua portuguesa dos estudantes do quarto ano do ensino fundamental, turma III, da Escola Municipal Dr. Severiano podem ser, além de muitos outros fatores, também consequência oriunda da promoção automática?

Progressão continuada *versus* aprovação automática nos anos iniciais do ensino fundamental: implicações para o processo de ensino-aprendizagem é o tema deste trabalho. Nele, objetiva-se discutir acerca da relevância da avaliação da aprendizagem numa perspectiva diagnóstica e formativa nos anos iniciais do ensino fundamental I e analisar o discurso de um professor sobre as implicações da progressão continuada no contexto de uma turma do quarto ano da Escola Municipal Dr. Severiano, localizada na sede da cidade de Coronel João Pessoa/RN.

Metodologicamente este trabalho foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa (OLIVEIRA, 2007), uma vez que foi necessário discutir sobre a temática em questão à luz das contribuições teóricas de Oliveira (1978), Jesus (2011), Almeida (2010), além de umas diretrizes nacionais da educação básica, a saber: o Parecer CNE/CEB nº 11/2010 (BRASIL, 2010) e a Resolução CNE/CEB nº 07/2010 (BRASIL, 2010).

A pesquisa de campo também foi fundamental para que se pudesse compreender a situação investigada, além de oportunizar a coleta dos dados e análises dos dados. Essa pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2017. O sujeito colaborador dessa pesquisa foi um professor celetista do quarto ano do ensino fundamental, turma III, turno matutino, da Escola Municipal Dr. Severiano, instituição de ensino de porte médio, localizada em Coronel João Pessoa/RN. Em relação aos instrumentais de pesquisa, foi utilizado foi o questionário escrito, composto por 11 (onze) questões abertas, aplicado ao professor regente da turma. As percepções do professor entrevistado sobre o sistema da progressão continuada, tendo como exemplo o desempenho dos seus alunos do quarto ano em 2017, constituíram-se objetos desta pesquisa.

Assim sendo, que este trabalho possa contribuir para os estudos já existentes sobre avaliação da aprendizagem e progressão continuada, de modo a ampliar as pesquisas sobre a progressão continuada, seus reflexos e implicações para a educação básica, de modo particular para o processo de ensino e aprendizagem no ensino fundamental I.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: PRÁTICA NECESSÁRIA

As discussões deste tópico versam sobre avaliação da aprendizagem, prática necessária no fazer pedagógico, principalmente quando se deseja avaliar os objetivos e os resultados alcançados ao longo de um determinado período ou no final do ano letivo. Partindo dessa perspectiva, a avaliação ganha um novo sentido quando é realizada, pelo professor, de forma diagnóstica, processual e cumulativa, visando aferir o desempenho, o progresso dos alunos na aprendizagem e a autoavaliação da prática de ensino.

Assim, em qualquer uma das etapas da educação básica é missão do professor avaliar seus alunos de forma contínua, com o objetivo de avaliar as potencialidades/habilidades e as dificuldades de cada um, procurando subsídios para superá-las. Por essa razão, a avaliação formativa torna-se indispensável para que o professor (re)avalie a sua própria prática e possa acompanhar sequencialmente os avanços e os desempenhos de seus alunos, pois avaliar dessa forma significa dizer que o docente buscará “[...] diagnosticar as potencialidades do aluno e detectar problemas de aprendizagem e de ensino. A intervenção imediata no sentido de sanar dificuldades que alguns estudantes evidenciem é uma garantia para o seu progresso nos estudos (BRASIL, 2010, p. 23).

Restringindo aos três primeiros anos do ensino fundamental I, a avaliação da aprendizagem torna-se necessária, pois, de acordo com o Parecer CNE/CEB nº. 11, de 7 de julho de 2010, que define as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos, cabe ao professor acompanhar e avaliar permanentemente o aluno no seu processo estudantil. O professor precisa adotar atitudes éticas ao avaliar seus alunos. Além disso, é preciso que o docente tenha em mente o que se pretende avaliar e quais instrumentos de avaliação são mais adequados. Oliveira (1978, p. 110) ao se referir “ao que avaliar” afirma que o professor precisa priorizar alguns critérios, a saber:

Atenção e participação na aula; cooperação nos trabalhos de grupo; seriedade na execução dos trabalhos escolares; interesse crescente pelas leituras e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

pesquisas; solidariedade com os colegas; atitude simpática para com o professor e para com a disciplina; pontualidade na realização das tarefas; assiduidade às aulas; aperfeiçoamento de habilidades; desenvolvimento da capacidade reflexiva [...].

Sendo assim, colocar em prática as estratégias de avaliação supracitadas conforme preconiza Oliveira (1978) torna-se imprescindível, visto que a dimensão do ato de avaliar é o “todo” e não se restringir somente às provas escritas no final de um bimestre. Nessa perspectiva, avaliar o progresso dos estudantes vai muito além de uma simples atividade escrita; é fundamental que o docente atente para a frequência, a pontualidade, a participação, o compromisso dos seus alunos para com a resolução das atividades intra e extraclasse. Dessa forma, considera-se que seria um equívoco aferir as habilidades que os alunos têm somente através de um teste e uma prova escrita.

Já em relação aos instrumentos de avaliação, faz-se necessário frisar que o professor precisa avaliar seus alunos através da “[...] observação e o registro das atividades dos alunos, [...] trabalhos individuais, organizados ou não em portfólios, trabalhos coletivos, exercícios em classe e provas, entre outros [...]” (BRASIL, 2010, p. 23). Assim como os critérios de avaliação são plurais, os instrumentos de avaliação também são.

Considera-se um dos desafios para os professores do primeiro, do segundo e do terceiro ano do ensino fundamental terem que colocar em prática os critérios de avaliação postulados por Oliveira (1978), pois ainda existem escolas públicas que a equipe pedagógica não é tão atuante e empenhada a ajudar aos professores, salas de aulas superlotadas, alunos indisciplinados e desinteressados em aprender, a família é, às vezes, ausente no que diz respeito ao acompanhamento da vida escolar dos filhos. Além desses fatores, ainda existe o “comodismo” por parte de alguns professores; tudo isso são entraves que impossibilitam a escola pública obter resultados tão satisfatórios nas avaliações internas e externas.

PROBLEMATIZANDO OS CONCEITOS E DISTORCENDO OS EQUÍVOCOS: PROGRESSÃO CONTINUADA *VERSUS* APROVAÇÃO AUTOMÁTICA

A não retenção dos alunos nos primeiros três anos do ensino fundamental I foi uma medida proposta pelo Ministério da Educação (MEC) respaldada no Parecer CNE/CEB nº 11/2010. Este documento preconiza que os três primeiros anos do ensino fundamental sejam organizados em um único pedagógico, voltados para o processo de alfabetização e de letramento. Sendo assim, o primeiro, o segundo e o terceiro anos devem assegurar a “[...] continuidade da

aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar [...]” (BRASIL, 2010, p. 23). Dessa maneira, compreende-se que na passagem do primeiro para o segundo e do segundo para o terceiro ano, a escola não poderá reter, isto é, deixar os estudantes reprovados.

Acredita-se que possivelmente a não retenção dos alunos do primeiro ao terceiro ano poderá gerar, às vezes, “comodismo” por parte de alguns professores dos anos iniciais, no sentido de o docente deixar de exigir um compromisso a mais no processo de aprendizagem de seus alunos e durante a execução de suas práticas de ensino. Ainda sobre este assunto, progressão continuada e promoção automática, o Parecer CNE/CEB nº 11/2010 determina que a progressão continuada tem por objetivo:

[...] permitir que eles [os alunos] progredam na aprendizagem. [...]. A promoção dos alunos deve vincular-se às suas aprendizagens; não se trata, portanto, de promoção automática. Para garantir a aprendizagem, as escolas deverão construir estratégias pedagógicas para recuperar os alunos que apresentarem dificuldades no seu processo de construção do conhecimento (BRASIL, 2010, p. 22).

A partir da citação supracitada, é importante compreender que a progressão continuada assegura o ingresso da criança do primeiro ao terceiro ano sem que ela seja reprovada, ou seja, o aluno será promovido de um ano para o outro visando à continuidade da aprendizagem dentro de um determinado ciclo, o qual deve ser ininterrupto. Essa proposta, idealizada pelo Ministério da Educação (MEC), é, de fato, pertinente, plausível, visto que reprovar o discente logo no primeiro ou no segundo ano do ensino fundamental é negar o direito da criança aprender e de poder avançar na aprendizagem no ano seguinte. Dessa forma, as habilidades que determinado aluno não adquiriu no primeiro ano, ele deveria adquirir no segundo ou no terceiro ano e estar plenamente alfabetizado ao final do ciclo.

No entanto, isso só será possível se houver estudos, debates e uma reavaliação da implantação desse sistema nas escolas públicas. Além disso, é preciso haver mais compromisso por parte do professor, da direção, da equipe pedagógica e da família frente ao desempenho dos educandos, precisamente durante os três anos primeiros anos do ensino fundamental, para que, ao final do ciclo, eles estejam alfabetizados e com capacidade para cursar o quarto ano do ensino fundamental.

A progressão continuada aumentou, ainda mais, a responsabilidade da escola e o compromisso do professor. No entanto, o fato de os alunos passarem progressivamente do primeiro até o terceiro ano sem ser retidos não significa afirmar que esses estudantes irão passar

automaticamente e de qualquer jeito somente porque o sistema assim o determina.

Nessa ótica, os profissionais da educação, principalmente os professores devem ter em mente que a aprovação automática é diferente da progressão continuada. Em outras palavras, promover automaticamente um aluno de um ano para o outro significa, em tese, que ele não está sendo avaliado e, portanto, suas dificuldades não estão sendo diagnosticadas e superadas por parte da escola com a colaboração da família e de outros profissionais. Para Almeida (2010, p. 01), avaliação automática significa:

[...] sem avaliação, sem orientação, sem cobrança, sem algum apoio. Sendo assim, sem nenhum critério, o aluno é empurrado adiante, correndo ele os riscos de não estar preparado para nada e podendo, mais tarde, atribuir à escola - com razão - o abandono a que foi submetido, sem ter nenhum tipo de orientação.

Ao refletir sobre as ideias de Almeida (2010) na citação supracitada e tendo em vista a realidade em que muitas escolas públicas brasileiras se encontram: baixo rendimento na aprendizagem dos alunos segundo os indicadores das avaliações externas; muitos alunos são promovidos do primeiro para o segundo, do segundo para o terceiro, chegando ao quarto ano sem estarem plenamente alfabetizados, essas consequências são, em partes, da aprovação automática. A fim de entender o porquê da progressão continuada não está funcionando corretamente na prática, Jesus (2011, p. 02) elenca algumas razões, a saber:

[...] O ministério não conhece o que enfrentamos no dia a dia. O MEC propôs que os professores criem alternativas quando estão sobrecarregados, sem material didático, em escolas sem horário integral e lidando com pais que muitas vezes não podem acompanhar os estudos dos filhos é a prova de que não conhece o que estamos enfrentando.

Então, se a meta do Ministério da Educação, das secretarias estaduais e municipais de educação é avançar ainda mais na qualidade do ensino público, é preciso que as escolas públicas estejam aptas e suficientemente preparadas para oferecerem condições dignas de trabalho aos professores. Entretanto, infelizmente “a educação no Brasil passa atualmente por uma grande crise; reflexo, é claro, da sociedade onde está inserida [...]” (SANTOS, 2012, p. 04). Este autor ainda acrescenta:

Idealizamos uma educação renovada, questionadora, uma escola diferente, porém, o que fazemos é repetir modelos e acabamos no final da equação constatando apenas um resultado: uma escola pública à beira de falência, sobrevivendo em meio ao caos, com resultados medíocres e questionáveis. [...] Com pesar também percebe se a péssima qualidade do ensino público. [...] alunos que são,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

simplesmente, aprovados automaticamente, livres de qualquer compromisso, o que desvaloriza ainda mais a instituição escolar, a função do professor e a importância da aquisição do conhecimento (*Ibidem*).

É preciso concordar com Santos (2012) quando ele diz que a escola pública está muito longe de almejar um ensino de qualidade. De fato, torna-se muito difícil pensar em qualidade de ensino e de aprendizagem com os professores tendo que encarar diariamente condições de trabalho não tão satisfatórias, turmas superlotadas, alunos e indisciplinados, o não acompanhamento dos pais na vida estudantil dos filhos, o não apoio contínuo da equipe pedagógica da escola como deveria acontecer, a não valorização profissional do professor, além da falta de comprometimento por parte de alguns docentes com o seu ofício. Tudo isso contribuiu negativamente, quer seja de forma direta ou indireta, para que o ensino público não seja de qualidade e o sistema da progressão continuada não funcione na prática como bem está regulamentado nas diretrizes operacionais do MEC.

“ABRE A PORTA E DEIXA PASSAR”: O SISTEMA DA PROGRESSÃO CONTINUADA NA VISÃO DE UM PROFESSOR DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A tarefa de avaliar constitui-se como um ato complexo que requer do profissional da educação muita atenção e responsabilidade para que a avaliação possa, de fato, cumprir com a sua verdadeira função que é a de ser realizada de forma eficaz e de modo que atenda aos requisitos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96 e que esteja a favor do ensino de qualidade e capaz de formar cidadãos críticos.

Como mecanismo para uma melhor compreensão de como se dá a avaliação da aprendizagem, fez-se necessária a análise de um questionário aplicado a um professor celetista que, em 2017, lecionou o primeiro semestre no 4º ano, turma III, turno matutino, da Escola Municipal Dr. Severiano, localizada na sede cidade de Coronel João Pessoa/RN.

A referida instituição campo de pesquisa oferta o Ensino Fundamental I e II, além da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. É uma escola de médio porte e atende à demanda de alunos nos três turnos, matutino, vespertino e noturno. O instrumento adotado para a coleta e análise dos dados foi o questionário escrito, o qual visa inferir a compreensão do professor acerca da avaliação em seus aspectos de progressão continuada e promoção automática em consonância com o desenvolvimento da aprendizagem dos seus alunos do 4º ano em 2017.

A turma é composta por 28 (vinte e oito) discentes matriculados, sendo que 25 (vinte e cinco) frequentam regularmente a sala de aula. É importante frisar que, deste número de alunos matriculados, 12 (doze) são repetentes, ou seja, a turma possui um percentual de 42,8% de alunos repetentes, um quadro bastante preocupante e, conseqüentemente, grave, que exige do professor uma postura mais reflexiva, no intuito de identificar as principais dificuldades enfrentadas por estes alunos, bem como na perspectiva de encontrar alternativas para superá-las.

Neste íterim, o professor titular foi indagado sobre o nível de aprendizagem dos alunos, se os considera preparados para cursar o 4º ano do ensino fundamental. Foi pedido que o educador justificasse o seu posicionamento. Em resposta, o docente afirmou que: “Não, porque eles não conseguem acompanhar o conteúdo programático do 4º ano, ou seja, os mesmos não sabem ler e nem escrever” (PROFESSOR REGENTE DO 4º ANO).

Assim, é perceptível que o sistema de ensino e da progressão continuada ainda é falho, pois os alunos já deveriam desenvolver as habilidades de leitura e de escrita durante o ciclo compreendido entre o primeiro e o terceiro ano do ensino fundamental. Ou seja, os alunos ingressaram no quarto ano sem as condições devidas para cursar um nível de ensino mais elevado.

O professor foi questionando sobre os maiores desafios enfrentados por este em sala de aula no processo de ensino-aprendizagem. Como resposta foi dito que: “Promover e incentivar a leitura, produção e interpretação de textos, visto que a turma não sabe ler. Também a ausência da família e a questão da falta de disciplina dos alunos” (PROFESSOR REGENTE DO 4º ANO). No depoimento do professor, percebe-se que os entraves presentes na sua sala de aula o impede de executar, com sucesso, as suas atividades, isto porque o fato de uma turma de quarto ano não possuir as habilidades de leitura e de escrita impossibilita que os conteúdos programáticos para este nível de ensino sejam trabalhados, fazendo com que o professor, ao invés de avançar, tenha que desempenhar a função de alfabetizar, já que esses estudantes não sabem ler e, tampouco, escrever.

A falta de acompanhamento familiar na vida estudantil das crianças foi outro desafio apontado pelo professor entrevistado, pois, sabe-se que a família é o componente fundamental e indispensável para a formação cidadã da criança, já que é “[...] na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. É a formadora de nossa primeira identidade social” (REIS, 2001, p. 99). Assim sendo, a família é a base, e, como tal, deve estar presente e em parceria

com a instituição escolar, no intuito de auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem e contribuir para reduzir os entraves encontrados no âmbito escolar, como a dificuldade na aquisição da leitura e da escrita e também na diminuição da indisciplina escolar.

Em termos de dificuldades na aprendizagem encontradas na sala de aula do 4º ano, turma III, o professor ainda destaca algumas, a saber: “Primeiramente a questão da faixa etária, ou seja, os alunos menores e reprovados misturados. A falta de uma alfabetização bem feita e por último a ausência da família na escola” (PROFESSOR REGENTE DO 4º ANO). O discurso do professor direciona-se para a concepção de progressão continuada, quando se refere “a falta de uma alfabetização bem feita”, pois de acordo com o estabelecido na LDBEN nº 9.394/96, os alunos não podem ser reprovados até o terceiro ano, mas que, neste período, o aluno deve adquirir as habilidades de leitura e de escrita e noção das quatro operações básicas da matemática.

No entanto, há um equívoco na interpretação desta alínea, no sentido de que o aluno avança de um nível para outro, mas, em muitos casos, não adquirem as competências básicas que deveriam portar nesta fase. Partindo dessa análise e da realidade do 4º ano, turma III, da Escola Municipal Dr. Severiano, foi questionado ao professor se ele considera que seus alunos passaram do primeiro para o segundo ano e do segundo para o terceiro ano por meio da progressão continuada ou através da aprovação automática. O professor respondeu que:

Sem dúvida, foi através da aprovação automática, pois o sistema educacional e professores não compreendem que se faz necessário trabalhar primeiramente a base, sem se importar com quantidade sim com qualidade, seria melhor eles reprovarem nas séries anteriores do que chegar no 4º ano sem estarem alfabetizados (PROFESSOR REGENTE DO 4º ANO).

Pelo discurso do professor entrevistado, infere-se novamente que ele tece uma crítica ao sistema da progressão continuada, ou seja, ele frisa a deficiência de alguns profissionais em saber lidar com a progressão continuada nos três primeiros anos do ensino fundamental. Noutras palavras, a avaliação da aprendizagem desconsidera os avanços e a superação das dificuldades dos alunos, além disso, o sistema educacional preza muito por valores quantitativos e se esquece de priorizar a qualidade, onde os alunos avançam de um ano para outro sem ser reprovados.

A respeito da reprovação nos anos iniciais do ensino fundamental, o professor foi questionado se considera positiva ou negativa a implantação da progressão continuada pelo

MEC, e como ele avalia esta proposta em unificar o 1º, 2º e 3º anos como um ciclo contínuo da alfabetização. Este respondeu afirmando que:

Considero negativa, uma vez que os alunos não desenvolvem as devidas habilidades que lhes são necessárias para o 4º ano e também considero que a progressão continuada estimula a não preocupação direta ou indireta por parte de alguns professores do ensino público onde a sala de aula é passada para frente (PROFESSOR REGENTE DO 4º ANO).

Na citação supracitada, percebe-se que o professor deixa claro que existe uma não compreensão do verdadeiro sentido da progressão continuada pelos docentes dos três primeiros anos do ensino fundamental, o que ocasiona, possivelmente, na péssima qualidade do ensino público e a não preocupação por parte de alguns professores em promover um ensino que permita ao educando se desenvolver e ter autonomia para cursar o quarto ano do ensino fundamental sem maiores dificuldades. Atualmente, essa realidade persiste em muitas escolas públicas, pois boa parte dos alunos não consegue acompanhar o nível de exigência da nova série, por isso, infelizmente, muitos deles ficam reprovados e chegam a repetir o quarto e o quinto ano do ensino fundamental mais de uma vez.

Ainda em relação à reprovação, o professor entrevistado diz ser a favor desta, pois “Quando os alunos não desenvolvem as habilidades iniciais da alfabetização, de autonomia, senso crítico da realidade ou de pequenas produções textuais e de desenhos, eles deveriam ser reprovados” (PROFESSOR REGENTE DO 4º ANO). Na visão do entrevistado, infere-se que realmente deve haver uma reprovação no ciclo de alfabetização. No entanto, essa reprovação deveria acontecer no final do terceiro ano, pois a partir do desenvolvimento das habilidades dos discentes, o professor deve fazer a avaliação e analisar se o aluno tem ou não as competências necessárias para cursar o quarto ano.

A pesquisa de campo possibilitou a compreensão por parte dos pesquisadores em inferir que o docente, professor celetista, do quarto ano, turma III, da Escola Municipal Dr. Severiano, sentiu muitas dificuldades em desenvolver suas aulas, de ministrar os conteúdos e de avaliar o desempenho de seus estudantes no primeiro semestre de 2017, possivelmente porque seus alunos não adquiriram as habilidades básicas em matemática, assim como também não conseguiram aprender a ler e a escrever durante o ciclo destinado à alfabetização.

CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou discutir sobre a avaliação da aprendizagem na perspectiva da progressão continuada nos anos iniciais do Ensino Fundamental I e analisou-se o discurso de um professor sobre as implicações desse sistema no contexto de uma turma de alunos do 4º ano da Escola Municipal Dr. Severiano. As discussões teóricas pautadas em Oliveira (1978), Reis (2001), Almeida (2010), Jesus (2011), Santos (2012) e a análise dos resultados permitiram compreender que o ato de avaliar só tem sentido quando o professor visa diagnosticar e acompanhar permanentemente o desempenho dos alunos com ajuda de outros agentes da escola, tais como equipe pedagógica, direção, psicopedagogos, coordenadores formadores do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Além da contribuição da escola, a família também pode dar sua parcela de contribuição, seja auxiliando seus filhos nas tarefas escolares encaminhadas pelos professores ou, sempre que possível, frequentando a escola a fim acompanhar, de perto, o desenvolvimento estudantil dos filhos.

Embora o Ministério da Educação (MEC) tenha implantado o sistema da progressão continuada, tal implementação/determinação não diminuiu a responsabilidade da escola, sobretudo do professor em relação à avaliação da aprendizagem de forma permanente de primeiro ao terceiro ano.

Este trabalho nos oportunizou compreender que escola pública de qualidade não se faz somente com professor dentro da sala de aula; por isso, para que esse sistema aconteça de forma positiva na prática, torna-se imprescindível que existam condições dignas de trabalho ao professor, recursos didáticos de boa qualidade, formação continuada permanente para os professores alfabetizadores, número ideal de alunos por turmas, além do comprometimento dos docentes em planejar e executar suas propostas pedagógicas em consonância com o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.

Ações e/ou propostas como as citadas no parágrafo anterior, se forem colocadas em prática, surtirão efeitos positivos no ensino-aprendizagem e na qualidade do ensino público, no sentido de que os alunos não irão chegar ao quarto ano do ensino fundamental com grandes dificuldades em matemática e em língua portuguesa, como ficou explícito no discurso do professor do quarto ano, turma III, da Escola Municipal Dr. Severiano. Se nada disso acontecer na prática, infelizmente a progressão continuada não surtirá efeitos positivos, pois muitos alunos continuarão passando automaticamente

de um ano para o outro, mas regredindo na aprendizagem.

Portanto, não se deve acabar com a progressão continuada, mas, para que existam efeitos positivos nas escolas, no dia a dia da sala de aula e nos resultados das avaliações externas, por exemplo, Provinha Brasil, aplicada no segundo ano, e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) aplicada no terceiro ano (final do ciclo de alfabetização), faz-se necessário que as secretarias estaduais e municipais de educação façam estudos e debates sobre esse sistema e uma reavaliação, o quanto antes, da execução de algumas políticas públicas direcionadas para a melhoria da qualidade do ensino já existentes, dentre as quais merece destaque os programas Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Mais Educação, pois não há como almejar educação pública de qualidade sem que sejam dadas condições básicas para que o ensino aconteça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. J. de. **Progressão continuada não é aprovação automática.** Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/progressao-continuada-nao-aprovacao-automatica-611988.shtml>>. Acesso em 15 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 23 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 10. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº. 11, de 7 de julho de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** Relator: Cesar Callegari. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=15074&option=com>>. Acesso em 16 abr. 2018.

JESUS, M. P. G. de. **Progressão continuada e avaliação da Aprendizagem:** em defesa da recuperação Contínua. 2011. Disponível em <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/progressao-continuada-e-avaliacao-da-aprendizagem-em-defesa-da-recuperacao-continua-5062983.html>>. Acesso em 14 abr. 2018.

OLIVEIRA, A. L. de. **Nova Didática.** 4. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1978.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

REIS, José R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia. **Psicologia Social: O homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

SANTOS, E. de C. **A progressão continuada:** questionamentos. 2012. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/a-progressao-continuadaquestionamentos/130430/>>. Acesso em 12 abr. 2018.